

# Memória indígena e reparações pedagógicas na região de fronteira: relatos de atividades de um projeto de extensão

---

PROF. CLOVIS ANTONIO BRIGHENTI  
LIC. ROSÂNGELA DAIANA DOS SANTOS

# Sobre los autores

## CLOVIS ANTONIO BRIGHENTI

Coordenador da ação de extensão

Professor de História das Sociedades Indígenas e da América Latina na Universidade Federal da Integração Latino Americana-UNILA. Coordenador do Curso de História – América latina. E-mail: clovis.brighenti@UNILA.edu.br

## ROSÂNGELA DAIANA DOS SANTOS

Bolsista do projeto em 2016 e 2017.

Bacharel em História – América Latina (UNILA) e Graduanda de Historia – Licenciatura (UNILA). E-mail: rossantos104@gmail.com

## RESUMEN

---

O presente relato é o resultado dos trabalhos realizados durante o ano de 2016 como bolsista do Projeto de Extensão “Memória indígena e reparações pedagógicas na região de Fronteira”, Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). Este projeto foi criado para ser um espaço dialógico com lideranças, professores e comunidades indígenas Guarani do oeste paranaense, região de fronteira, ao mesmo tempo em que busca dialogar com a memória indígena em torno das ações do Estado brasileiro como violador de direitos na segunda metade do século XX, quando a referida população perdeu suas terras em três processos distintos: colonização; criação do Parque Nacional do Iguaçu; e construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional. Nossa atuação tem como referência as recomendações apresentadas em dezembro de 2014 no Relatório Final publicado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), no que concernem as recomendações pedagógicas encaminhadas ao Estado brasileiro, além da estruturação de um acervo documental sobre a temática.

**Palavras Chave:** Guarani – Fronteira – Memória



# Introdução

Esta ação de extensão desenvolvida no ano de 2016 teve como principal objetivo ser um espaço de diálogo permanente entre a Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) com as comunidades Indígenas Mbya e Avá Guarani da região Oeste do Paraná, a partir do diálogo sobre a memória indígena em torno das ações do Estado Brasileiro como violador dos direitos desse povo.

Nosso recorte temporal se refere à segunda metade do Século XX, período que a os indígenas perderam suas terras em consequência a três processos distintos: colonização da região; criação do Parque Nacional do Iguaçu (PNI); e pelo alagamento da barragem formada pela Hidrelétrica de Itaipu Binacional (1982).

Toda nossa atuação teve como principal referência as recomendações do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), apresentadas em dezembro de 2014.

No dia 10 de dezembro de 2014 a Comissão Nacional da Verdade entregou o relatório final ao governo brasileiro com diversas recomendações, dentre elas 3 (três) “recomendações pedagógicas”:

1. “Reconhecimento, pelos demais mecanismos e instâncias de justiça transicional do Estado brasileiro, de que a perseguição aos povos indígenas visando a colonização de suas terras durante o período investigado constituiu-se como crime de motivação política, por incidir sobre o próprio modo de ser indígena;

2. Inclusão da temática das ‘graves violações de direitos humanos ocorridas contra os povos indígenas entre 1946-1988’ no currículo oficial da rede de ensino, conforme o que determina a Lei nº 11.645/2008;

3. Criação de fundos específicos de fomento à pesquisa e difusão amplas das graves violações de direitos humanos cometidas contra povos indígenas, por órgãos públicos e privados de apoio à pesquisa ou difusão cultural e educativa, incluindo-se investigações

acadêmicas e obras de caráter cultural, como documentários, livros etc.” (Brasil, CNV, 2014). Sobre a temática indígena, os trabalhos da CNV não foram conclusivos, pois a inclusão dessa temática ocorreu tardiamente nessa Comissão, (apenas sete meses após o início dos trabalhos da CNV, foi constituído o Grupo de Trabalho sobre Povos Indígena).

A ação de extensão ocorre fundamentalmente com as comunidades Guarani (15 ao todo) na região oeste do Paraná (PR) e foi uma continuidade ao projeto que desenvolvemos em 2015, ao qual denominamos “Memórias de fronteiras – as ações do Estado brasileiro junto aos Guarani do oeste paranaense no século XX”.

Desse projeto resultaram diversas ações junto às comunidades Guarani e a finalização do relatório de violações entregue à Comissão Estadual da Verdade (PR).

Partimos do pressuposto de que qualquer proposta de extensão e proposição junto à população Guarani pressupõe um conhecimento prévio sobre a dinâmica atual e histórica (tradicional) de mobilidade na região de fronteira.

Há uma dinâmica específica sobre as fronteiras que, ligadas a mobilidade territorial, são singulares por estarem em contexto bastante específico. É no contexto da fronteira que evidencia-se com maior nitidez o significado das mesmas para esse conjunto de comunidades que se articulam por redes linguísticas e territoriais desafiando o universo colonial.

O objetivo geral da ação de extensão foi o fortalecimento dos processos de reparações com relação às graves violações de direitos humanos cometidos a partir da década de 1940 contra o povo Guarani no Oeste do Paraná através da produção de documentos que contribuam com as ações das comunidades Guarani no que tange a reparações e, elaboração de produtos para atividades pedagógicas para centros de ensino (escolas – indígenas e não indígenas – e universidades).

## Trabalhos realizados em 2016

Os grupos de trabalho de discentes voluntários e bolsistas, que compuseram o projeto de extensão em 2016, foram direcionados a trabalhos individuais, mas que abrangiam a conformação do tema base, além de reuniões semanais para a socialização das atividades feitas no decorrer das semanas, e orientações para demais atividades. Havia dois bolsistas remunerados e 3 bolsistas voluntários, que contribuíam a partir de suas especialidades. Importante assinalar que dentre os voluntários contamos com pessoas falantes da língua Guarani, embora a língua falada é o Guarani paraguaio, língua oficial naquele país, é possível compreender a língua dos Guarani Mbya e Ava que habitam a região, objeto de nossa ação de extensão. Auxiliavam-nos tanto nas entrevistas com pessoas mais velhas nas comunidades, que falam apenas o Guarani, bem como na tradução das gravações registradas.

Foram realizadas diversas oficinas nas comunidades indígenas e conversas com lideranças e anciãos Guarani que descreveram e contaram as violações de direitos que sofreram durante décadas na região oeste do Paraná. Os Guarani participaram através de relatos orais que nos possibilitou um maior entendimento e a consolidação dos documentos, sobre os órgãos envolvidos nas violações, como a formação do Parque Nacional do Iguazu (PNI), Hidrelétrica de Itaipu Binacional, Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI); os quais usurparam as terras dos Guarani, desapropriaram e violaram seus direitos.

Nossa metodologia previa a realização de atividades concomitantes em dois espaços diferentes. Por um lado realizávamos pesquisas em centros de documentação e espaços públicos e privados, e, por outro, desenvolvíamos pesquisas junto às comunidades

Guarani num processo de devolução, sistematização e realização de pesquisas orais. Dessa maneira a documentação colhida em acervos ganhava novos significados junto às comunidades. Uma das primeiras tarefas foi a catalogação do referido acervo. Um local de pesquisa foi o Centro de Documentação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), na cidade de Brasília (DF), especialmente através de fotografias registradas nos últimos anos em que a comunidade do Tekoha Ocoy/Jacutinga habitava as margens do rio Paraná e o processo de mudança para a nova terra com o enchimento do lago, entre os anos de 1978 a 1983. O material é composto por uma centena de imagens de pessoas, que ainda estão presentes nessa mesma região, praticamente 40 anos depois do ocorrido.

Com o acervo em mãos organizamos oficinas em diversas comunidades projetando as imagens e registrando as memórias. No processo de registrar, ocorria a identificação dos personagens, dos lugares, das paisagens, dos acontecimentos e fundamentalmente da emoção ao reverem-se jovens, identificarem pessoas que não mais existem e dos risos de fatos bizarros. De todo modo, ao reavivar a memória em torno de um tempo passado, de um acontecimento que significou perda do território, esparramo geral (sarambi, na língua Guarani) e a conquista de minúsculas frações de terra encravadas no coração do agronegócio e da represa de Itaipu Binacional, não foram poucos os que se emocionaram. O objetivo da oficina não era necessariamente apelar para as emoções, muito embora soubéssemos que elas poderiam ocorrer, desejávamos sim produzir um catálogo de imagens descritas, uma memória visual, a fim de contar a história através da memória dos indígenas.

Além das oficinas específicas sobre as imagens, organizamos encontros com líderes políticos e religiosos a fim de compreender as percepções Guarani sobre o tema. Através da Comissão da Verdade Guarani, criada em dezembro de 2015, por líderes Guarani presentes no Brasil, Argentina e Paraguai, afetados pela Hidrelétrica Itaipu Binacional, or-

ganizamos diversas reuniões de trabalho. No mês de dezembro foi realizada a “Assembléia dos Paranaenses”, (referência aos Guarani que habitam região do Alto Paraná) evento que reuniu uma centena de líderes Guarani, juntamente com jovens, anciões e xamãs. O evento foi uma espécie de sistematização das deliberações futuras a serem executadas pelas próprias comunidades no âmbito das esferas administrativas e judicial dos países, e no âmbito das Cortes Internacionais. É importante destacar que em todas as atividades realizadas com os Guarani fizeram questão de frisar que a empresa Itaipu Binacional mantém um passivo, especialmente territorial, com relação a esse povo, e que estarão permanentemente exigindo o seu efetivo cumprimento.

A partir do amplo acervo de documentos relacionados ao tema iniciamos a organização e sistematização com a finalidade de conformação do Centro de Memória Guarani, que colocaremos ao alcance de toda a comunidade que trabalha com a temática, especialmente para os pesquisadores da UNILA e das comunidades Guarani. As atividades consistem em organizar o acervo, digitalizar, sistematizar e disponibilizar de maneira online para novas pesquisas e outros trabalhos, como ações administrativas e judiciais (caso elas ocorram) para recuperação das terras pelos Guarani. Após a sistematização dos dados, iniciamos uma pesquisa na outra margem do rio Paraná (território do Paraguai), junto à comunidade religiosa da Congregação Servas do Divino Espírito Santo, que trabalha com essa população desde os anos 1970 e esta disponibilizando os documentos para o nosso Centro de Documentação. Todo o acervo está sendo catalogado, organizado e será ofertado a comunidade, juntamente com um catálogo que auxilie na informação dos conteúdos e na forma de acesso, ou seja, uma descrição dos documentos presentes no acervo.

A equipe de acadêmicos envolvida com as ações de extensão participou em eventos científicos a fim de apresentar o projeto e dialogar com outros temas. Dois eventos

ocorreram dentro da UNILA, organizados pela Pró-Reitora de Extensão, que foram: IV e V Seminário de Extensão da UNILA (Seuni) cuja finalidade é a avaliação dos projetos, mas que se torna um grande evento, já que possibilita que todas as ações e cursos de extensão da universidade são apresentados. É muito importante enquanto dialogo com a comunidade e com a diversidade dentro da própria universidade. Também apresentamos o projeto no 34º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (Seurs), evento importante e proveitoso, que nos possibilitou a interlocução entre universidades e o grande número de trabalhos de extensão que são elaborados na região sul do Brasil, além da oportunidade de conhecer a diversidade de temáticas que são trabalhadas.

Com o objetivo de levar a temática indígena para dentro da Universidade, organizamos uma aula pública na UNILA, no mês de maio, com exibição do documentário Índio Cidadão seguido de debate com Teodoro Alves (Avá Guarani), Clara Barbosa (Guarani Kaiowa) e Paulo Porto (professor da Unioeste Cascavel), que contribuíram muito no diálogo e na denúncia da violação dos direitos Guarani no estado do Mato Grosso do Sul. Da aula pública destacamos a perspectiva da conquista dos direitos na Constituição Federal de 1988 e as ações contemporâneas dos povos indígenas na manutenção destes direitos, que estão seriamente ameaçados.

A ação de extensão também buscou relacionar os temas trabalhados no projeto, com outras iniciativas na mesma perspectiva. Nesse sentido o coordenador do projeto juntamente com discentes bolsistas e voluntários esteve acompanhando a Missão do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, que esteve nas aldeias em Guaíra no dia 01 de junho de 2016, na comunidade guarani Yuyraty Porã. A missão tinha por objetivo ouvir os líderes Guarani sobre as violações contemporâneas no que tange às agressões, não garantia do uso das terras e violação da segurança alimentar. Os relatos foram contundentes, inclusive mencionam uma demissão coletiva de 150 pessoas realizada pela

empresa Bunge Brasil, em 2012, quando iniciaram os trabalhos de identificação das terras. A empresa Bunge Brasil, segundo relatos, foi pressionada pelos empresários do agronegócio regional para efetuar a demissão desses trabalhadores Guarani. Esse relato revela os poderes do setor do agronegócio e até onde pode chegar a agressão contra essa população.

A Comissão Guarani da Verdade se reuniu nos dias 27 a 29 de junho de 2016, no Tekoha Ocoy ocasião em que elaboraram um documento a fim de ser submetido aos líderes Guarani, através do qual fazer um apanhado histórico das graves violações sofridas e apontam algumas medidas que precisam ser tomadas para equacionar e mitigar as violações. O Documento foi encaminhado a Defensoria Del Pueblo (Paraguai) e para a Câmara de senadores da CODEHUPY e, no Brasil foi encaminhado para os Procuradores da República, ao Grupo de Trabalho “Questões Indígenas e Ditadura Militar” e para a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – Índios e Ministério Público Federal.

## Considerações finais

Brevemente foram essas as principais atividades realizadas. Elas devem ser analisadas sempre em seu conjunto, nunca individualmente. É uma gama de ações que se articulam dentro da perspectiva de trabalhar pedagogicamente as violações de direitos num contexto específico. Os caminhos são de mão dupla entre a universidade e as comunidades Guarani. Além de evidenciar a memória indígena a ação de extensão deseja também abrir a universidade para as comunidades Guarani e atuar na reparação, muito mais a partir de subsídios aos órgãos competentes do que necessariamente através da universidade, já que não somos instâncias com essa finalidade. As ações da extensão visam incidir sobre as comunidades e a socie-

dade regional através de material publicado para as escolas.

O projeto é muito importante pois favorece o diálogo permanente com as lideranças, professores e anciãos Guarani. A universidade tem um papel muito central enquanto Instituição Federal de Ensino, que deseja, em última instância, incentivar o diálogo com a comunidade externa.

O centro de memória que está sendo criado será de muita utilidade para a UNILA e toda região. A documentação contida nele facilitará pesquisas sobre essa temática, já que os documentos que estão no acervo servirão para os Guarani e para as pesquisas futuras da universidade. As atividades não foram concluídas, dessa forma daremos continuidade ao projeto em 2017. É importante salientar que na atuação com sociedades culturalmente diferenciadas, necessitamos estar permanentemente dialogando com as particularidades, no caso específico com a dimensão temporal, já que o tempo das comunidades é diferente do nosso tempo.

A dimensão da segurança e confiança em perceber a seriedade do projeto é um elemento fundamental para que haja envolvimento total das pessoas na ação. Por fim, desejamos ser mais que um projeto, uma ação pontual, mas uma ação continuada que busca em última instância superar as perspectivas colonialistas da relação entre universidade e comunidades indígenas.

## Referências

- Brasil. Comissão Nacional da Verdade (2014). Relatório final. Brasília : CNV.
- Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Pró-Reitoria de Extensão (2016). Memória indígena e reparações pedagógicas na região de fronteira. Foz do Iguaçu (Paraná) : Ministério da Educação ; UNILA.
- Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Pró-Reitoria de Extensão (2017). Memória indígena e reparações pedagógicas na região de fronteira. Foz do Iguaçu (Paraná) : Ministério da Educação ; UNILA.

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História (2012). O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a igreja católica na diocese de Chapecó nas décadas de 1970 e 1980 / Tese de Clovis Antonio Brighenti. Florianópolis : UFSC.

### CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO SEGÚN NORMAS APA 2015 (UCES)

Brighenti, C. A., Santos, R. D. dos (agosto 2017). Memória indígena e reparações pedagógicas na região de fronteira : Relatos de atividades de um projeto de extensão. *Revista de Extensión Tekohá*. Posadas : Ediciones FHyCS, 4(3), 75-82. Recuperado de: <http://edicionesfhycs.fhycs.unam.edu.ar/index.php/teko-ha>